

Elen Brasil

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora Executiva*LUIZ ORLANDO CARNEIRO — *Diretor (Brasília)*WILSON FIGUEIREDO — *Diretor de Redação*DACIO MALTA — *Editor*ROSENAL CALMON ALVES — *Editor Executivo*ETEVALDO DIAS — *Editor Executivo (Brasília)*

Devagar com o Andor

Antes que o clima de depressão na comunidade de negócios e finanças do país seja substituído pela euforia da crença de que o Brasil passará da recessão ao crescimento num passe de mágica, com a troca do comando da Economia, é oportuna a reflexão sobre o passado, o presente e o futuro econômico brasileiro.

A história já mostrou, por diversas vezes, que nenhuma guinada de 180 graus na política econômica deu certo sem a existência de um ambiente de estabilidade fiscal e monetária. A troca da austeridade gerenciada pela dupla Roberto Campos-Octávio Bulhões, a partir de 1964, pelo pé no acelerador do ministro Delfim Netto, a partir de 1967, não conta: o serviço mais difícil da austeridade já tinha sido feito no governo Castello Branco.

O exemplo que fica na memória é o da troca de Mário Henrique Simonsen pelo mesmo Delfim Netto no comando da Economia em agosto de 1979, a cinco meses do início do governo Figueiredo. O saneamento financeiro recomendado por Simonsen, que implicava, segundo o então ministro do Planejamento, o crescimento de 3% a 5% nos primeiros 18 meses, acabou sendo descartado. Em troca, foi adotada proposta de crescimento a qualquer preço, sob o entusiástico apoio do empresariado, também eufórico na cerimônia de volta de Delfim Netto ao comando da Economia. O país paga até hoje o custo dessa opção errada também na hora errada.

É exemplar lembrar o episódio quando já se percebe um ansioso movimento empresarial para forçar o governo Collor a inverter os sinais da política econômica. O presidente da República já previa isso, tanto que operou de forma sigilosa e fulminante a troca do comando econômico, para não dar margem às costumeiras pressões dos *lobbies*.

Os mercados financeiros, que antecipam as especulações, já indicaram a expectativa empresaria-

l de rápido abandono das negociações nas câmaras setoriais para evitar a explosão habitual da inflação a cada fim de congelamento. Setores da indústria, do comércio e da agricultura já começaram a reter estoques à espera de remarcação nos preços. Outros sonham acordados com a volta da ciranda financeira. No câmbio, exportadores e pescadores de águas turvas apostam num ajuste cambial. Em outras palavras: na midi ou na maxi-desvalorização do cruzeiro.

O presidente da Febraban, apesar da responsabilidade do cargo, já defendeu publicamente a liberação imediata de todos os cruzados retidos no Banco Central. A declaração, além de servir de perigoso estímulo a novas ações judiciais para antecipar a liberação em 12 meses programada a partir de 15 de setembro, ignora a magnitude do saldo congelado no Banco Central (US\$ 26 bilhões). Qualquer pessoa de bom senso econômico e social demarcaria a distância entre o desejo e a sua viabilidade.

A injeção desse dinheiro de uma vez na economia equivaleria a um empuxo de 8% no PIB e multiplicaria quase três vezes e meia a base monetária. A inevitável explosão de demanda por bens, diante da súbita oferta de moeda, sem resposta no aumento da produção de produtos agrícolas e industriais, só teria um efeito imediato: a hiperinflação causada pelo leilão de preços em torno dos bens e ativos disponíveis.

Pode-se romper com a política econômica anterior. Mas nada pode ser feito radicalmente. Nesse aspecto, felizmente, o ministro Marcílio Marques Moreira foge ao figurino imaginado por pessoas mais interessadas em salvar sua própria pele, sem se importar com o futuro do Brasil. O ministro da Economia é um exemplo de cautela cultivada em longos anos de experiência na vida pública e na iniciativa privada.